



AGENDA LEGISLATIVA

**FRENTE PARLAMENTAR
PELO LIVRE MERCADO**

2024 | VERSÃO PARA DEBATES



@institutolivremercado
@fplivremercado



(61) 3033-4013
(61) 99449-1147



contato@livremercado.org.br



Ed. Terra Brasília, Sala 705,
Asa Sul - Brasília, DF



AUMENTAR A SEGURANÇA JURÍDICA E MODERNIZAR O ESTADO BRASILEIRO

Defender o direito de propriedade (física, intelectual etc)	Modernizar o arcabouço legal brasileiro para garantir segurança e transparência aos que desejam investir e/ou empreender no Brasil	Melhorar a qualidade do processo judicial, aumentando sua independência e reduzindo o favoritismos nas decisões, bem como seus custos	Modernizar a Estrutura Administrativa do Estado com fins de aumentar a entrega de valor para o cidadão
PLP 210/2019 - Garante a devida separação patrimonial entre as sociedades empresárias de responsabilidade limitada e seus sócios	PL 1878/2022 - Cria a Política que regulamenta a produção e o uso do hidrogênio verde para fins energéticos, disponibilizando também linhas de crédito ao setor de hidrogênio verde PL 576/2021 - Marco legal para permissão de geração de energia a partir do vento dentro do mar, no mar brasileiro (Geração de Energia Offshore: Eólica, Maremotriz etc) PLS 412/2022 - Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) - Mercado de Crédito de Carbono PL 6897/2013 - Moderniza critérios e competências para embargo de obra, interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador ou trabalhadores.	PL 2485/2022 - Autoriza de forma ampla o uso da mediação para conflitos tributários, em paralelo ao processo administrativo, ao judicial, à transação e à arbitragem. PLP 124/2022 - Define um regime jurídico das multas tributárias, com foco na observância dos princípios constitucionais do não confisco, da capacidade contributiva e, especial e expressamente, da razoabilidade e da proporcionalidade PLP 16/2022 - Estabelece regras para cobrança de taxas pela União, estados e municípios: o total arrecadado com a taxa não poderá exceder o custo total da atividade ou do serviço (ex: Taxas Judiciárias) PL 2488/2022 - Nova Lei de Execuções Fiscais: Estabelece que a Fazenda Pública só poderá avançar com as ações de cobrança se, antes, tiver dado a chance de os contribuintes acertarem as suas dívidas por meio de parcelamento ou acordo (transação), oferecerem garantias antecipadas - para evitar bloqueio e penhora de bens - e apresentarem pedidos de revisão do débito.	PL 4888/2019 - Lei de Governança da Ordenação Pública Econômica: Reforma das bases jurídicas da regulação pública econômica e de sua governança comum nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal PEC 32/2020 - Reforma Administrativa

REDUZIR O PESO DO ESTADO, MELHORAR SUA CAPACIDADE ALOCATIVA E DEFENDER O CONTRIBUINTE

Reduzir os gastos públicos de forma estrutural com vistas a, no curto prazo, estabilizar a dívida pública e, no médio prazo, levá-la a uma trajetória decrescente	Melhorar a eficiência alocativa dos recursos, Reduzir indexações, obrigações e vinculações ao orçamento público	Simplificar os tributos, Eliminar a cumulatividade, Garantir neutralidade fiscal e Corrigir defasagens	Defender o Contribuinte
PEC 112/2019 - Entrega de recursos orçamentários do Poder Executivo para os demais Poderes será feita com base na receita efetivamente arrecadada no mês PLP 295/2016 - Lei de Qualidade do Gasto Público PL 4012/2021 - Fim do orçamento paralelo para pagar subsídios e privilégios setoriais: inclusão da CDE na LOA PEC 188/2019 - PEC do Pacto Federativo: Reforma fiscal da União, Estados e Municípios	PL 3203/2021 - Reduzir o patamar dos subsídios de 4,3% para 2% do PIB em um prazo de oito anos PEC 187/2019 - Revisão dos Fundos Públicos PLP 459/2017 - Permitir os entes federados criarem uma sociedade de propósito exclusivo (SPE), que estará autorizada a emitir títulos vinculados a direitos creditórios tributários e não tributários, inclusive inscritos em dívida ativa.	PEC 7/2020, PEC 45/2019, PEC 46/2019, PEC 110/2019 - Reforma Tributária sobre o Consumo (PIS/PASEP, COFINS, IPI, ISS e ICMS) PL 2337/2021 - Reforma do Imposto de Renda	PLP 17/2022 - Código de Defesa do Contribuinte PL 4728/2020 - Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) PLP 145/2021 - Institui o Sistema Eletrônico de Apuração Fiscal (SEAF) como formato oficial de apuração PL 2519/2022 - Atualizar, pelo IPCA, o limite legal, defasado desde 2013, para apuração no regime do lucro presumido, de R\$ 78 milhões para R\$ 130 milhões

AMPLIAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E DIGITAL

Modernizar a legislação de concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e contratações públicas	Ampliar e diversificar infraestrutura básica: água, luz e moradia, com vistas a reduzir seus custos, bem como mitigar riscos de desabastecimento	Ampliar e atualizar a infraestrutura digital, com vistas a facilitar a obtenção de telefone internet de qualidade	Ampliar e diversificar a matriz logística nacional, com vistas a reduzir seus custos e aumentar sua competitividade
PL 7063/2017 - Reduz o valor mínimo para a celebração de contratos de parcerias público-privadas (PPP) para Estados e Municípios PL 5518/2020 - Confere maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais	PL 513/2020 - Incentiva negócios de recuperação energética a partir de fontes alternativas: resíduos sólidos urbanos (RSUs), onde a reciclagem se demonstre técnica ou economicamente inviável	PL 6191/2019 - Desburocratiza e reduz entraves ao processo de instalação de antenas PLP 77/2022 - Veda o contingenciamento de recursos do Fust destinados para projetos aprovados no âmbito de seu Conselho Gestor PL 4997/2019 - Aumentam as penas de furto, roubo e receptação de fios e equipamentos utilizados para o fornecimento ou transmissão de energia elétrica e internet	PDL 494/2020 - Permite que empresas de fretamento de ônibus possam atuar no transporte rodoviário interestadual de passageiros sem a limitação do circuito fechado, ou seja, sem a exigência de transportar um mesmo grupo de pessoas em datas predefinidas em trajetos de ida e volta. PL 4392/2020 - Modifica regras aplicáveis à prestação do serviço de praticagem, conferindo a Antaq a competência para exercer a regulação econômica, bem como permite que empresa de navegação contrate o prático de sua preferência

AUMENTAR A LIBERDADE PARA INVESTIR E FAZER NEGÓCIOS

Combater as reservas de mercado e os privilégios setoriais	Proteger a livre iniciativa	Desburocratizar o dia a dia do Empreendedor através da redução do n° de procedimentos, licenças, prazos e custo de operar no Brasil	Aprimorar a resolução de insolvências no país, aumentando a taxa de valores recuperados pelos credores em caso de reorganização, liquidação ou execução da dívida
PL 591/2021 - Autoriza que os serviços postais possam ser explorados pela iniciativa privada PL 148/2020 - Permite que pessoas físicas prestem serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros em regime de fretamento mediante autorização do Poder Executivo PL 3178/2019 - Revoga o direito de preferência para a Petrobrás nas licitações no regime de partilha de produção e garante ao Conselho Nacional de Política Energética, assessorado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a decisão sobre qual é o melhor regime jurídico de exploração e produção de petróleo e gás natural a ser adotado nos leilões do pré-sal	PL 4783/2020 - Código de Defesa do Empreendedor PL 1366/2022 - Exclui a silvicultura da lista de atividades de médio potencial poluidor da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente PL 4696/2019 - Estabelece como regra a dupla vista para expedição de autos de infração, ou seja, determina que um estabelecimento só poderá ser multado após a segunda visita dos fiscais do trabalho, tendo a primeira visita caráter de orientação e alerta em relação às irregularidades ali encontradas, independentemente de a empresa possuir mais de 10 empregados ou não.	PLP 2/2022 - Marco Legal das Startups 2.0: Permite a dedução de IRPF e IRPJ de valores aportados a título de patrocínio; permite entes públicos investirem em startups; Altera o estatuto das MPE, Lei do Bem etc. PL 3729/2004 - Nova Lei do Licenciamento Ambiental, que simplifica os procedimentos para concessão de licenças e determina prazos máximos para manifestações conclusivas PL 5379/2019 - Prevê às micro e pequenas empresas: processo de registro e legalização único, linear e integrado nas três esferas de governo (União, estados e municípios), presunção de baixo grau de risco, início de operação imediato após a obtenção do N° CNPJ etc. PL 1594/2020 - Cria sistema eletrônico que possibilita a constituição, alteração, transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução e extinção de registro de empresários e de pessoas jurídicas PLP 178/2021 - Simplifica as Obrigações Tributárias Acessórias, criando Nota Fiscal Brasileira Única, Declarações Fiscais Assistidas etc. PL 7082/2017 - Moderniza e regula o procedimento administrativo para realização de pesquisas clínicas com seres humanos em todo o País, com potencial de reduzir em 50% o tempo de aprovação de ensaios clínicos	PLP 33/2020 - Institui a renegociação especial judicial e extrajudicial, a liquidação especial sumária e adequações na falência das MPE (Marco Legal do Reempreendedorismo)

AUMENTAR A LIBERDADE PARA EMPREGAR

Modernizar as relações de trabalho, facilitando a contratação e a demissão de trabalhadores	Simplificar as relações de trabalho, especialmente no que tange a rigidez de escopo, horários, necessidades de avisos prévios etc	Reduzir o número de indenizações obrigatórias, multas etc	Combater o favoritismo das judicializações contra o Empregador Brasileiro
PLP 229/2019 - Permite quaisquer atividades econômicas possam ser registradas por microempreendedor individual (MEI), com exceção das atividades cujo grau de risco seja alto PLP 108/2021 - Aumenta limite de faturamento do MEI para R\$ 130 mil e o autoriza a contratar até dois empregados PL 6461/2019 - Novo marco legal para trabalho de jovens aprendizes nas empresas PL 1843/2022 - Aumenta a duração dos contratos de estágio que passam a poder ser estendidos até o fim do curso	PL 5670/2019 - Admite-se, na CLT, contrato individual de trabalho tanto por especificidade ou predominância de função como por multifuncionalidade PL 6102/2019 - Autoriza o trabalho aos domingos e feriados, devendo o repouso semanal remunerado coincidir com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de quatro semanas. O trabalho aos domingos e feriados será remunerado em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga compensatória. PL 5626/2020 - Estabelece que a hora noturna tenha 60 minutos (não a redução ficta de 52,5 minutos) e dispõe que o adicional da hora noturna passe a ser de 25% sobre a hora noturna trabalhada PL 1231/2015 - Facilitação do cumprimento da cota de pessoas com deficiência: prevê nos casos de descumprimento da cota, por razões alheias à vontade do empregador, a compensação com o oferecimento de bolsas ou doações para instituições de ensino PL 417/2023 - Altera lei trabalhista para flexibilizar jornada considerada insalubre pela CLT	PL 2234/2019 - Cria o Simples Trabalhistas para Micro e Pequenas Empresas, aumentando prazos, facilitando o pagamento de multas etc PL 1363/2021 - Desonerar os empregadores do pagamento da contribuição da aposentadoria especial quando a adoção de medidas coletivas ou individuais neutralizarem ou reduzirem o grau de exposição do trabalhador a níveis legais de tolerância PL 3801/2019 - Moderniza a legislação da expatriação de trabalhadores, adequando-a à prática mundial nas relações de trabalho e à nova realidade da mobilidade global de pessoas PL 4004/2020 - Revoga o dispositivo da legislação que considera como acidente de trabalho aquele ocorrido no percurso de ida e volta da residência para o local de serviço	PL 819/2019 - Estimula a desjudicialização das relações de trabalho ao aprimorar a Lei das Terceirizações

AUMENTAR A LIBERDADE DE INTEGRAR COM O MUNDO E A LIBERDADE DE CONSUMO

Superar óbices que atrasam a homologação de acordos comerciais com outros países, ou blocos econômicos	Reduzir barreiras tarifárias (impostos, tarifas de importação e taxas diversas)	Reduzir barreiras não tarifárias para o comércio internacional (restrições de quantidade, técnicas, legais etc)	Proteger o Direito de Escolha do Consumidor
PDL 164/2022 - MERCOSUL: Agilizar e simplificar procedimentos associados às operações de importação, exportação e trânsito de bens entre os países integrantes do bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) PDL 928/2021 - MERCOSUL: Permite compras governamentais com tratamento igualitário entre empresas nacionais e estrangeiras e fim de barreiras para participação de empresas estrangeiras em licitações e concessões	PL 3498/2023 - Aumenta o valor de mínimos na importação de USD 50,00 para USD 100,00, reduz a alíquota do imposto de importação de 60% para 20% e aumenta o valor máximo das remessas expressas de USD 3.000,00 para USD 5.000,00	PL 237/2020 - Permite a importação de veículos automotores para fins terrestres, novos ou usados, independentemente de autorização prévia e do ano de fabricação	PL 414/2021 - Amplia o acesso ao mercado livre de energia elétrica para todos os consumidores brasileiros, inclusive os de baixa tensão (residenciais)

AUMENTAR A LIBERDADE FINANCEIRA

Reduzir o grau de influência do Estado na alocação de crédito e sua participação em bancos e outras empresas financeiras	Diversificar as formas de obtenção de crédito	Fortalecer o Mercado de Capitais	Modernizar as Infraestruturas do Mercado Financeiro
PL 2995/2020 - Permite que outras instituições financeiras, além da Caixa Econômica Federal, possam atuar como agente operador do FGTS	PL 2646/2020 - Cria Debentures de Infraestrutura para financiar projetos de longo prazo PL 4188/2021 - Marco Legal das Garantias PL 2250/2023 - Permite utilizar como garantia Recursos Previdenciários, Títulos de capitalização etc.	PL 2925/2023 - Proteção a Investidores Minoritários no Mercado de Capitais	PL 2926/2023 - Infraestrutura do Mercado Financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro